



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019

TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

O Prefeito Municipal de Cerro Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **08:30 horas do dia 04 de fevereiro de 2019**, em Cerro Grande do Sul, na Sala de Licitações, sita à Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, nº 71, reunir-se-á a Comissão de Licitações, nomeada através da Portaria nº 057/2018, com a finalidade de receber para abertura os envelopes nº 01 e nº 02, conforme item 3 deste edital, **na modalidade Tomada de Preços do tipo menor preço por quilômetro rodado**, cuja proposta é para a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de transporte escolar aos alunos do Município, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Poderão participar todas as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas pelo órgão licitador conforme item 2 deste edital, vedada a participação de sociedades cooperativas, pois, por definição, não existe vínculo de emprego entre essas entidades e seus associados e, por força do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre este Município e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Pelotas, em 05/05/2009.

1. OBJETO:

1.1 Contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de transporte escolar aos alunos do Município, de acordo com as necessidades, itinerários e horários, constantes no **ANEXO I**.

2. CADASTRO:

2.1 Para efeitos de cadastramento, as empresas do ramo pertinente ao objeto ora licitado deverão apresentar, até o dia **30 de janeiro de 2019**, os seguintes documentos:

2.1.1 Declaração que atende ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme **ANEXO III**.

2.1.2 Declaração de disponibilidade do veículo necessário à prestação dos serviços, que atenda aos requisitos do art. 136, do Código de Trânsito Brasileiro, por ocasião da vistoria exigida no item 10 deste edital, conforme **ANEXO IV**.

2.1.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro Comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

2.1.4 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Cartão CNPJ;
- b) Alvará de Licença Municipal de Localização da sede da licitante;
- c) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal da sede da licitante;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual;
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certificado de Regularidade com o FGTS.

2.1.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

2.1.6 REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (www.tst.jus.br ou www.csjt.jus.br e tribunais regionais do trabalho na internet).

2.2 As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no envelope de habilitação, declaração firmada pelo contador e/ou responsável pela empresa, de que se enquadra como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), além de todos os documentos previstos neste edital.

2.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que foi declarada vencedora do certame.

2.4 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.5 O prazo de que trata o item 2.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.6 A não regularização da documentação no prazo fixado no item 2.3 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município, ou ainda extraídos de sistemas informatizados (Internet), estes sujeitos à verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.8 Se a proponente se fizer representar, deverá juntar procuração, outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

3.1 Os Certificados de Registro Cadastral necessários à habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste, em dois envelopes distintos, fechados, e identificados, respectivamente como de nº 01 e nº 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE DO SUL
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019
ENVELOPE N.º 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE DO SUL
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019
ENVELOPE N.º 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

3.2 Para a habilitação a licitante deverá apresentar no envelope n.º 01:
a) Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pelo Município.

3.3 O envelope n.º 02 deverá conter:
a) A proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, sem rasuras ou emendas, com demonstrativo de cálculos e o valor final do quilômetro rodado de cada itinerário, devendo estar incluídos todos os custos e encargos.

Observação 01: O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data apazada para a sua entrega. No silêncio, subentende-se 60 (sessenta) dias.

Observação 02: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. PROCEDIMENTOS:

4.1 No dia, hora e local designado no preâmbulo deste, a Comissão Permanente de Licitações iniciará os trabalhos, abrindo os envelopes de nº 01, os quais serão examinados, juntados à documentação apresentada por ocasião da habilitação e rubricados pelos membros da Comissão, bem como pelas proponentes ou seus representantes presentes. Se todas as licitantes forem habilitadas e/ou renunciarem o prazo recursal, serão abertos os envelopes de nº 02, com as propostas financeiras e procedida à análise dos preços.

4.2 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, nos termos do art. 48, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para reapresentação de outra escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

4.3 Uma vez abertos os envelopes, não serão admitidos cancelamento ou inclusão de documentos ou ainda, alteração nas condições estabelecidas.

4.4 Durante a sessão será lavrada ata circunstanciada do ato, que ao final será assinada pela Comissão e presentes.

4.5 A Comissão devolverá, ao término do procedimento licitatório, os envelopes contendo as propostas financeiras ainda fechadas, das empresas inabilitadas.

5. JULGAMENTO:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

5.1 Esta licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o menor preço por quilômetro rodado de cada itinerário.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44, seus incisos e parágrafos, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar nº 123/2006.

5.3 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado como critério de desempate a preferência de contratação às microempresas e as empresas de pequeno porte que atenderem o item 2.2 deste edital.

5.4 Entende-se como empate aquelas propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) da proposta de menor valor.

5.5 A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso de prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

5.6 Ocorrendo empate, as microempresas ou empresas de pequeno porte, detentora da proposta de melhor valor, poderão apresentar no prazo de 02 (dois) dias nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação essa que será declarada vencedora do certame.

5.7 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada nos termos do item anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 2.2, deste edital, a apresentação, no prazo e na forma previstos nos itens anteriores.

5.8 Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte com propostas iguais, será realizado sorteio para restabelecer a ordem em que serão convocados, para a apresentação de nova proposta, nos prazos e formas previstos nos itens anteriores.

5.9 Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências anteriores será declarada vencedora do certame a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

5.10 O disposto nos itens 5.3 a 5.9 não se aplica à hipótese em que a proposta de menor valor for apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.11 As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público nos termos do parágrafo 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93, com a convocação prévia de todas as licitantes.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE:

6.1 Somente serão aceitas as propostas cujo preço ofertado não exceda o limite de 5 % (cinco por cento) sobre o valor do quilômetro de cada uma das planilhas de custos.

6.2 Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários superestimados ou inexequíveis.

7. RECURSOS:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

7.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

8. PRAZOS:

8.1 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará a vencedora, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

8.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3 Se, dentro do prazo, a convocada não assinar o contrato, a Administração convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste edital, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de 02 (dois) anos.

8.4 Caso haja a necessidade de repetir a licitação, tendo em vista que a convocada deixou de assinar o contrato, sem que tenha apresentado motivo justo, a empresa arcará com os custos da repetição do ato, independente de arcar com os custos de eventual contratação emergencial, no itinerário em que for vencedora e desistente.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

9.1 O contrato, objeto da presente licitação, vigorará pelo presente ano letivo podendo ser prorrogado a critério da Administração e com anuência da **CONTRATADA**, nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, ficando, no entanto vinculada a sua execução e remuneração ao período letivo.

9.2 Durante o período de férias escolares, a **CONTRATADA** não perceberá qualquer remuneração.

10. À VENCEDORA:

10.1 A vencedora terá um prazo de 02 (dois) dias úteis antes da assinatura do Contrato para submeter o seu veículo à vistoria, nesta Prefeitura, acompanhada da seguinte documentação:

- a) Registro como veículo de transporte de passageiros (em nome da empresa, seu titular ou um de seus sócios);
- b) Carteira Nacional de Habilitação (Categoria D ou E) do condutor responsável, apropriada para o tipo de transporte;
- c) Comprovante do Seguro de responsabilidade civil dos passageiros e Seguro contra Acidentes Pessoais de Passageiros - APP do veículo;
- d) Certificado do tacógrafo devidamente auferido pelo INMETRO;
- e) Pintura - faixa de segurança (ESCOLAR), nos termos do art. 136, III do CTB;
- f) Demonstrativo da inexistência de multas nos termos do art. 138, IV, do CTB;
- g) Certificado do curso de especialização do motorista em “transporte escolar”, conforme normatização do CONTRAN;
- h) Certidão negativa de registro de distribuição criminal, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, em conformidade com o disposto no art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro;
- i) Vistoria no DETRAN do veículo a utilizar no transporte escolar;



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

j) Laudo Técnico em vigência, realizado por Engenheiro Mecânico com verificação semestral da parte mecânica do veículo, dos equipamentos obrigatórios e de segurança, conforme determina o art. 136 do CTB.

10.2 O veículo não poderá contar com mais de 20 (vinte) anos de fabricação.

10.3 O veículo terá que obrigatoriamente possuir transmissão luminosa superior ou igual a 75% para os vidros incolores dos pára-brisas e laterais e 70% para os vidros laterais e pára-brisas coloridos.

10.4 O não cumprimento de qualquer dos itens constantes neste Edital, implicará na sumária desclassificação da vencedora, convidando-se imediatamente a próxima classificada para as mesmas providências, independente da aplicação das penalidades descritas nos itens 8.3 e 8.4 deste edital.

10.5 Os veículos poderão ser vistoriados pelo Município, ordinariamente, de 60 (sessenta) em 60 (sessenta) dias, ou de forma extraordinária, a qualquer momento, quando se entender necessário.

11. INÍCIO DOS SERVIÇOS:

11.1 O início dos serviços será após a assinatura do contrato, quando iniciarem as atividades escolares.

12.1 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente, através da conferência dos cálculos apresentados pela **CONTRATADA**, ao fiscal designado pelo **CONTRATANTE**, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

12.2 Ficará condicionado ao pagamento da licitante à apresentação dos discos do tacógrafo utilizados no itinerário, até o 1º dia útil de cada mês, devidamente preenchido com a quilometragem inicial e final, nome do motorista e data, além dos comprovantes de estar em dia com o seguro contra Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) e vistorias do veículo, comprovação, por meio idôneo, da regularidade com a Previdência Social (CND), com o FGTS (CRF) e com a Fazenda Federal, bem como à apresentação da Guia da Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP), com autenticação do Banco receptor, constando os nomes dos empregados utilizados na execução do objeto deste, correspondentes ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada.

12.3 Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da Lei que regula a matéria.

13. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

13.1 As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Proj./Ativ. 1.031 – MNT Transporte Escolar – PNATE – Educação Infantil – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (186); Proj./Ativ. 1.035 - Manutenção do Transporte Escolar - PNATE - Ensino Fundamental - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (187); Proj./Ativ. 1.036 - Manutenção do Transporte Escolar - Rec Estadual Meio Rural - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2045 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (188); Proj./Ativ. 1.037 - Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB - Ensino Fundamental - Elemento de Despesa



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

3.3.90.3900.00.00.00 0031 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (190); Proj./Ativ. 1.038 - Manutenção do Transporte Escolar - MDE - Ensino Fundamental/MED - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 0020 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (191); Proj./Ativ. 1.042 - MNT Transporte Escolar - PNATE - Ensino Médio - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (192); Proj./Ativ. 1.044 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 0001 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (193) e Proj./Ativ. 1.249 Salário Educação – Transporte Escolar – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2003 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (195).

14. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE:

14.1 Ocorrendo às hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08.06.1994, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela parte interessada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

14.2 No caso de prorrogação contratual será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGPM – FGV ou outro que vier o substituir.

14.3 Ao final de cada ano de vigência do contrato será concedido um reajuste a título de reposição, com base no IGPM - FGV ou outro que vier o substituir.

15. PENALIDADES:

15.1 Conforme artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas sanções aos prestadores de serviços faltosos, tais como: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, mediante processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.2 A Administração de Cerro Grande do Sul reserva-se o direito de aplicar as seguintes penalidades pecuniárias:

I - Multa de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso, consecutivos ou não, limitados a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

II - Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano.

III - Multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

15.3 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, independente do ressarcimento de outros danos que a administração venha a ter com esse atraso ou inexecução.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 A apresentação dos envelopes por parte do licitante interessado implica a total concordância com as condições do presente Edital de Licitação. É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes que deverão ser satisfeitos no prazo de máximo de 24 horas.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

16.2 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital.

16.3 Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

16.4 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

16.5 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados (um por empresa licitante) e os membros da Comissão Julgadora.

16.6 Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei n.º 8.666-93).

16.7 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à sala de licitação os participantes retardatários.

16.8 O contrato a ser assinado com a vencedora da presente licitação constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55, e a possibilidade de rescisão do contrato, na forma determinada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

16.9 Convencionam as Partes, que se houver aumento da quilometragem a ser percorrida em decorrência de novos alunos, mediante solicitação por escrito do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** receberá a remuneração equivalente.

16.10 Havendo aumento do número de alunos a serem transportados, independente do aumento de quilometragem, deverá a **CONTRATADA** adequar o tamanho do seu veículo ao número de alunos a serem transportados.

16.11 As alterações contratuais serão realizadas de acordo com o estabelecido no art. 65, incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

16.12 Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.13 Constituem parte integrante deste edital os anexos: I (Planilhas de custos dos itinerários); II (Minuta de contrato), III (Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal) e IV (declaração disponibilidade veículo).

16.14 Fica eleito o Foro da Comarca de Tapes - RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Edital.

16.15 Informações serão prestadas aos interessados no horário das 08h às 12h, e das 13h às 17h na Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul, sita à Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, n.º 71, centro. O edital está disponível no site www.cerrograndedosul.rs.gov.br. Maiores informações pelo fone/fax: (51) 3675.1122.

Cerro Grande do Sul, 15 de janeiro de 2019.

Sérgio Silveira da Costa
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ANEXO I

PLANILHAS DE CUSTOS

ITINERÁRIO 01: Veículo com acessibilidade para cadeirante.

Manhã (06h e 50min): Sai da entrada São José (Igreja), Armandina, Bar do Giovani, Cerro do Armazém, Cerro Bibico, E.M.E.F. Santa Inês vai até Ari Guizio volta à escola.

Meio-dia (12h): Vai até Ari Guizio, retorna a Escola, segue até o São José pela estrada principal, seguindo o restante percurso da manhã.

Tarde (17h): Vai até Ari Guizio, sobe 2 km em sentido ao Cerro dos Camargos e retorna a Escola, vai até o São José, Cerro do Armazém, Cerro do Bibico e E.M.E.F. Santa Inês, estrada Pessegueiros, entregando os alunos do turno da tarde e recolhendo nos mesmos locais os alunos do turno da noite para a E.E.E.M. Men de Sá e E. M. E. F. Fortaleza

Noite(22 h e 40 min): recolhe os alunos da E.E.E.M. Men de Sá e E. M. E. F. Fortaleza e entrega seguindo o trajeto inverso das 17h.

Turnos: Manhã, tarde e noite.

Distância: 100 km.

Alunos: Média de 25 alunos por turno.

Veículo com capacidade mínima de 27 passageiros e acessibilidade para cadeirante.

Início do itinerário às 6H e 50 min e término em torno das 23h30min.

Ensino Fundamental e Ensino Médio

REQUISITOS BÁSICOS PARA O CÁLCULO DO QUILOMETRO BRUTO:

O **CUSTO BRUTO** corresponde à soma dos **CUSTOS VARIÁVEIS** com os **CUSTOS FIXOS**.

CUSTOS VARIÁVEIS:

Os custos variáveis mudam em função da quilometragem percorrida pelo veículo e são subdivididos conforme abaixo especificado, tendo como exemplo um micro-ônibus para realizar o **ITINERÁRIO 01**:

COMBUSTÍVEIS:

Determina-se o valor do combustível, dividindo-se o valor de um litro óleo diesel pela quantidade média de quilômetros percorridos (em média 4,5 km/l).

Ex.: R\$ 3,44/ 4,5 km = R\$ 0,7644 km.

LUBRIFICANTES:

Determina-se a despesa com lubrificantes somando-se o valor de 12 litros de óleo lubrificante dividindo-se pela sua quilometragem de uso, em média (7.000 km).

Ex.: R\$ 163,68 / 7.000 = R\$ 0,0234 km.

RODAGEM:

Determina-se a rodagem da seguinte forma: Soma-se o valor de todos os pneus do veículo e divide-se pela sua vida útil, em média 50.000 km.

Ex.: R\$ 5.090,04 / 50.000 km = R\$ 0,1018km.

Pneus: 6 x R\$ 848,34

TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS: R\$ 0,8896

CUSTOS FIXOS:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

Os custos fixos são gastos que independem da quilometragem percorrida. Consideram-se os seguintes itens no seu cálculo:

CUSTOS DE CAPITAL:

Foi considerado um veículo micro-ônibus de valor médio de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DEPRECIÇÃO:

Regra: 25% (vinte e cinco por cento) do valor será o valor de venda no final da depreciação, e os 75% (setenta e cinco por cento) restantes a depreciar em 4 (quatro) anos.

Ex.:

R\$ 80.000,00-25% = R\$ 60.000,00/4 = R\$ 15.000,00 ao ano.

R\$ 15.000,00 / 12 meses = R\$ 1.250,00 ao mês

Obs.: Cada empresa possui seus veículos com respectivos anos e valores a depreciar.

A seguir um exemplo do ITINERÁRIO 01 com 100 km, e como deve ser a metodologia de cálculos:

Depreciação: R\$ 80.000-25% = R\$ 60.000,00/4 = R\$ 15.000,00/12= R\$ 1.250,00/22 dias/100 km = 0,5682

Salário Motorista: R\$ 1.800,00 + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 2.462,40/22 dias/100 km = 1,1193

Férias: R\$ 600,00 (1/3 de R\$ 1800,00) + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 820,80/12 = 68,40/22/100 km = 0,0311

13º Salário: R\$ 1800,00 + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 2.462,40/12 = R\$ 205,20/22 dias/100 km = 0,0933

IPVA 1% sobre o valor do veículo: R\$ 800,00/12 = R\$ 66,67/22 dias/100 km = 0,0303

DPVAT: R\$ 396,49/12 = R\$ 33,04/ 22 dias /100 km = 0,0150

Seguro do veículo c/ Terceiros: R\$ 3.500,00/12=R\$ 291,66/22 dias/100 km = 0,1326

Despesa c/ contador: R\$ 100,00/22 dias/100 km = 0,0455

TOTAL DOS CUSTOS FIXOS = R\$ 2,0352

Custos variáveis + Custos fixos = Preço quilométrico bruto

R\$ 0,8896+ R\$ 2,0352= R\$ 2,9248

O preço do quilômetro é de R\$ **2,9248** + Lucro (20%) + Impostos

R\$ 2,9248+ R\$ 0,5850 = R\$ 3,5098 + R\$ 0,2702= R\$ 3,78 km

Impostos (7,7%), assim discriminados:

INSS 3,3% sobre o valor do faturamento

ISSQN 2% sobre o valor do faturamento

IR 2,4 % sobre o valor do faturamento



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ITINERÁRIO 02:

Manhã: Saída da Data dos Tavares, travessia Sampaio, até a Ponte dos Pereiras e segue no Lauro da Pedra, Omero, Ponte dos Bonnes, Kologeski, Salão Prata e retorna, entra no Elton Bandow e vai até a Igreja Redonda e volta Escola M. E. F. Antônio José Pereira.

Meio – dia: Faz o mesmo trajeto, largando os alunos da manhã e já embarcando os da tarde até a escola, vai até a Data dos Fragozo na Ponte da Virgínia e retorna para a Escola Municipal Antônio José Pereira.

Tarde: Sai da Escola Municipal Antônio José Pereira, vai até Data dos Fragozo na Ponte da Virgínia e retorna para a Escola, vai até o Lauro da Pedra volta a escola, segue até Data dos Fragozo na Ponte da Virgínia, vai para Linha Italiana, em direção a Cerro Grande do Sul para a Escola Estadual Mem de Sá e Escola Municipal Fortaleza.

Noite: Retorna das Escolas Fortaleza e Mem de Sá pela Linha Italiana, Data dos Fragozo na Ponte da Virgínia, vai até a Escola, vai na ponte dos Pereiras passando pelo Zelinha indo à Linha Azambuja (Noe Budega), volta entregando alunos até a Data dos Tavares (Escola) e o Indaiá até os Miguelote e retorna para a Data dos Tavares.

Turno: Manhã, tarde e noite.

Distância: 132 km.

Alunos: Média de 22 alunos.

Veículo com capacidade mínima de 25 passageiros.

Início do itinerário 7h e término às 23h30min.

Ensino Fundamental e Ensino Médio

REQUISITOS BÁSICOS PARA O CÁLCULO DO QUILOMETRO BRUTO:

O **CUSTO BRUTO** corresponde à soma dos **CUSTOS VARIÁVEIS** com os **CUSTOS FIXOS**.

CUSTOS VARIÁVEIS:

Os custos variáveis mudam em função da quilometragem percorrida pelo veículo e são subdivididos conforme abaixo especificado, tendo como exemplo um micro-ônibus para realizar o **ITINERÁRIO 02**:

COMBUSTÍVEIS:

Determina-se o valor do combustível, dividindo-se o valor de um litro óleo diesel pela quantidade média de quilômetros percorridos (em média 4,5 km/l).

Ex.: R\$ 3,44 / 4,5 km = R\$ 0,7644 km.

LUBRIFICANTES:

Determina-se a despesa com lubrificantes somando-se o valor de 12 litros de óleo lubrificante dividindo-se pela sua quilometragem de uso, em média (7.000 km).

Ex.: R\$ 163,68 / 7.000 = R\$ 0,0234 km.

RODAGEM:

Determina-se a rodagem da seguinte forma: Soma-se o valor de todos os pneus do veículo e divide-se pela sua vida útil, em média 50.000 km.

Ex.: R\$ 5.090,04 / 50.000 km = R\$ 0,1018km.

Pneus: 6 x R\$ 848,34

TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS: R\$ 0,8896

CUSTOS FIXOS:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

Os custos fixos são gastos que independem da quilometragem percorrida. Consideram-se os seguintes itens no seu cálculo:

CUSTOS DE CAPITAL:

Foi considerado um veículo micro-ônibus de valor médio de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DEPRECIÇÃO:

Regra: 25% (vinte e cinco por cento) do valor será o valor de venda no final da depreciação, e os 75% (setenta e cinco por cento) restantes a depreciar em 4 (quatro) anos.

Ex.:

$R\$ 80.000,00 - 25\% = R\$ 60.000,00 / 4 = R\$ 15.000,00$ ao ano.

$R\$ 15.000,00 / 12$ meses = R\$ 1.250,00 ao mês

Obs.: Cada empresa possui seus veículos com respectivos anos e valores a depreciar.

A seguir um exemplo do ITINERÁRIO 02 com 132 km, e como deve ser a metodologia de cálculos:

Depreciação: $R\$ 80.000 - 25\% = R\$ 60.000,00 / 4 = R\$ 15.000,00 / 12 = R\$ 1.250,00 / 22$ dias/132 km = 0,4304

Salário Motorista: $R\$ 1.800,00 + 36,8\%$ (INSS 28,8% + FGTS 8%) = $R\$ 2.462,40 / 22$ dias/132 km = 0,8479

Férias: $R\$ 600,00$ (1/3 de R\$ 1800,00) + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%) = $R\$ 820,80 / 12 = 68,40 / 22$ dias /132 km = 0,0236

13º Salário: $R\$ 1800,00 + 36,8\%$ (INSS 28,8% + FGTS 8%) = $R\$ 2.462,40 / 12 = R\$ 205,20 / 22$ dias/132 km = 0,0707

IPVA 1% sobre o valor do veículo: $R\$ 800,00 / 12 = R\$ 66,67 / 22$ dias/132 km = 0,0230

DPVAT: $R\$ 396,49 / 12 = R\$ 33,04 / 22$ dias /132 km = 0,0114

Seguro do veículo c/ Terceiros: $R\$ 3.500,00 / 12 = R\$ 291,67 / 22$ dias/132 km = 0,1004

Despesa c/ contador: $R\$ 100,00 / 22$ dias/132 km = 0,0344

TOTAL DOS CUSTOS FIXOS = R\$ 1,5418

Custos variáveis + Custos fixos = Preço quilométrico bruto

R\$ 0,8896 + R\$ 1,5418 = R\$ 2,4314

O preço do quilômetro é de R\$ 2,4314 + Lucro (20%) + Impostos

R\$ 2,4314 + R\$ 0,4862 = R\$ 2,9176 + R\$ 0,2247 = R\$ 3,14 km

Impostos (7,7%), assim discriminados:

INSS 3,3% sobre o valor do faturamento

ISSQN 2% sobre o valor do faturamento

IR 2,4 % sobre o valor do faturamento



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ITINERÁRIO 03:

Manhã: Cerro Grande, Arroio da Toca, Brasino, Vila Boa Esperança, Carvalho, Cerro dos Porongos, Garambeu- E.E.E. F. Francisco José Pereira, vem para Cerro Grande do Sul passando pelo Arroio da Toca, E.E.E.M. Mem de Sá, E.M. E. F. Fortaleza, E.M.E. E. Áureo Zenker e E.M.E.I. Pingo de Gente.

Meio – dia: Faz o itinerário inverso.

Turno: Manhã

Distância: 87 km.

Alunos: Média de 23 alunos.

Veículo com capacidade mínima de 25 passageiros.

Início do itinerário 6:45 e término às 13h.

Ensino Fundamental e Ensino Médio

REQUISITOS BÁSICOS PARA O CÁLCULO DO QUILOMETRO BRUTO:

O **CUSTO BRUTO** corresponde à soma dos **CUSTOS VARIÁVEIS** com os **CUSTOS FIXOS**.

CUSTOS VARIÁVEIS:

Os custos variáveis mudam em função da quilometragem percorrida pelo veículo e são subdivididos conforme abaixo especificado, tendo como exemplo um micro-ônibus para realizar o **ITINERÁRIO 03**:

COMBUSTÍVEIS:

Determina-se o valor do combustível, dividindo-se o valor de um litro óleo diesel pela quantidade média de quilômetros percorridos (em média 4.500 km/l).

Ex.: R\$ 3,44/ 4.500 km = R\$ 0,7644 km.

LUBRIFICANTES:

Determina-se a despesa com lubrificantes somando-se o valor de 12 litros de óleo lubrificante dividindo-se pela sua quilometragem de uso, em média (7.000 km).

Ex.: R\$ 163,68 / 7.000 = R\$ 0,0234km.

RODAGEM:

Determina-se a rodagem da seguinte forma: Soma-se o valor de todos os pneus do veículo e divide-se pela sua vida útil, em média 50.000 km.

Ex.: R\$ 5.090,04 / 50.000 km = R\$ 0,1018km.

Pneus: 6 x R\$ 848,34

TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS: R\$ 0,8896

CUSTOS FIXOS:

Os custos fixos são gastos que independem da quilometragem percorrida. Consideram-se os seguintes itens no seu cálculo:

CUSTOS DE CAPITAL:

Foi considerado um veículo micro-ônibus de valor médio de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DEPRECIÇÃO:



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

Regra: 25% (vinte e cinco por cento) do valor será o valor de venda no final da depreciação, e os 75% (setenta e cinco por cento) restantes a depreciar em 4 (quatro) anos.

Ex.:

R\$ 80.000,00-25% = R\$ 60.000,00/4 = R\$ 15.000,00 ao ano.

R\$ 15.000,00 / 12 meses = R\$ 1.250,00 ao mês

Obs.: Cada empresa possui seus veículos com respectivos anos e valores a depreciar.

A seguir um exemplo do ITINERÁRIO 03 com 87 km, e como deve ser a metodologia de cálculos:

Depreciação: R\$ 80.000-25% = R\$ 60.000,00/4 = R\$ 15.000,00/12= R\$ 1.250,00/22 dias/87 km = 0,6531

Salário Motorista: R\$ 800,00 + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 1.094,40/22 dias/87 km = 0,5718

Férias: R\$ 266,67 (1/3 de R\$ 800,00) + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 364,80/12 = 30,40/22 dias/87 km = 0,0159

13º Salário: R\$ 800,00 + 36,8% (INSS 28,8% + FGTS 8%)= R\$ 1.094,40/12 = R\$ 91,20/22 dias/87 km = 0,0476

IPVA 1% sobre o valor do veículo: R\$ 800,00/12 = R\$ 66,67/22 dias/87 km = 0,0348

DPVAT: R\$ 396,49/12 = R\$ 33,04/ 22 dias/ 87 km = 0,0173

Seguro do veículo c/ Terceiros: R\$ 3.500,00/12=R\$ 291,67/22 dias/87 km = 0,1524

Despesa c/ contador: R\$ 100,00/22 dias/87 km = 0,0522

TOTAL DOS CUSTOS FIXOS = R\$ 1,5451

Custos variáveis + Custos fixos = Preço quilométrico bruto

R\$ 0,8896+ R\$ 1,5451= R\$ 2,4348

O preço do quilômetro é de R\$ 2,4348 + Lucro (20%) + Impostos

R\$ 2,4348 + R\$ 0,4869 = R\$ 2,9217 + R\$ 0,2249 = R\$ 3,14 km

Impostos (7,7%), assim discriminados:

INSS 3,3% sobre o valor do faturamento

ISSQN 2% sobre o valor do faturamento

IR 2,4 % sobre o valor do faturamento

Observações gerais sobre as planilhas de cálculos das linhas:

1.1 A administração considerou para efeito de cálculos o salário do motorista de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para os itinerários com apenas um turno, R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para os itinerários com dois turnos e R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) para itinerários com três turnos. Como cada empresa possui a sua realidade, este valor pode variar, podendo assim ser ofertada uma proposta de melhor valor pela(s) empresa(s).

1.2 Fica estabelecido que o limite máximo do lucro não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento).

1.3 Todos os outros valores são aproximados, podendo ser aumentados ou diminuídos, conforme a realidade de cada empresa, até mesmo acrescentar aos custos fixos despesas não computadas, desde que devidamente justificadas e estudadas pela Administração.

1.4 Fica estabelecido que a licitante é responsável pelos encargos sociais, fiscais, tributários e previdenciários das pessoas por ela contratadas.

1.5 Estas linhas poderão sofrer alterações em suas quilometragens, se houver necessidade, tanto para maior, quanto para menor, não ultrapassando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) previstos na Lei nº 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR

Por este instrumento e na melhor forma de Direito, o **MUNICÍPIO DE CERRO GRANDE DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade, na Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, nº 71, inscrito no CNPJ sob o nº 92.324.748/0001-68, por seu Prefeito Municipal **SÉRGIO SILVEIRA DA COSTA**, adiante denominado abreviadamente como “**CONTRATANTE**”, e de outra parte, a empresa, com sede na, no Município de, inscrito no CNPJ sob nº, representado, a seguir designado simplesmente como “**CONTRATADA**”, celebram o presente “**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR**”, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas, além das determinações da Tomada de Preços nº 01/2019 e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

A **CONTRATADA** prestará serviços de transporte escolar no itinerário abaixo descrito:

Itinerário:.....

Turno:.....

Distância:..... km

Alunos: média de por turno

Veículo com capacidade mínima de passageiros

Início do itinerário às e término às

Ensino

Para a realização de tal itinerário, a **CONTRATADA** utilizará 01 (um) veículo, marca e modelo....., tipo, cor, ano de fabricação....., modelo, placas, chassi, que terá como motorista o (a) Sr.(a)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus veículos em perfeitas condições de uso e funcionamento, de acordo com o CNT (Código Nacional de Trânsito), e as regras estabelecidas no edital da Tomada de Preços 01/2019 bem como estar devidamente em dia com os órgãos de fiscalização do trânsito.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando houver, temporariamente, a substituição do veículo credenciado, essa deverá ser comunicada, por escrito, com antecedência mínima de 12 (doze) horas à Secretaria de Educação e Cultura do Município, com a apresentação da documentação que demonstre estar o veículo substituto apto para o transporte escolar.

Se a substituição for definitiva, o prazo será de 48 (quarenta e oito) horas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando houver, temporariamente, a substituição do motorista credenciado, essa deverá ser comunicada por escrito, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria de Educação e Cultura, apresentando-se toda documentação que demonstre estar o motorista substituto apto para dirigir veículo de transporte escolar.

Se a substituição for definitiva, o prazo será de 48 (quarenta e oito) horas.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos anteriormente previstos, havendo qualquer descumprimento, a **CONTRATADA**, além das penas previstas na Lei nº 8.666/93, estará sujeita a uma multa equivalente à 10% (dez por cento) do valor mensal do contrato, a ser descontada por ocasião do pagamento da prestação do serviço.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica convencionado ainda entre as Partes, que se houver aumento da quilometragem a ser percorrida em decorrência de novos alunos, mediante solicitação por escrito do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** receberá a remuneração equivalente, devendo adequar o tamanho do veículo ao número de alunos a serem transportados.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO:

O valor a ser pago mensalmente pelo **CONTRATANTE** é de R\$..... (...) por quilômetro rodado, conforme proposta ofertada por ocasião da Tomada de Preços nº 01/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mensalmente, através da conferência dos cálculos apresentados pela **CONTRATADA**, ao fiscal deste contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

Ficará condicionado ao pagamento da **CONTRATADA** à apresentação dos discos do tacógrafo utilizados no itinerário, até o 1º dia útil de cada mês, devidamente preenchido com a quilometragem inicial e final, nome do motorista e data, além dos comprovantes de estar em dia com o seguro contra Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) e vistorias do veículo, comprovação, por meio idôneo, da regularidade com a Previdência Social (CND), com o FGTS (CRF) e com a Fazenda Federal, bem como à apresentação da Guia da Previdência Social (GPS) e da Guia de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social (GFIP), com autenticação do Banco receptor, constando os nomes dos empregados utilizados na execução do objeto deste, correspondentes ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada.

Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUARTA – FISCALIZAÇÃO:

O **CONTRATANTE** designa o(a) Servidor(a) para fiscalizar os serviços, para que sejam fornecidos satisfatoriamente, nos termos do edital e conforme a proposta ofertada por ocasião da Tomada de Preços nº 01/2019.

CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE:

O preço do quilômetro será reajustado sempre que houver acréscimo nos preços dos insumos que serviram de base de cálculo, desde que comprovado que seu impacto inviabilize a prestação do serviço adequadamente, e qualquer modificação no preço do quilômetro rodado vigorará somente depois de aprovado pelo Município.

No caso de prorrogação contratual será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGPM - FGV.

Ao final de cada ano de vigência do contrato será concedido um reajuste a título de reposição, com base no IGPM - FGV ou outro que vier o substituir.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO:

O período de vigência do contrato será pelo presente ano letivo, podendo ser prorrogado a critério da Administração e com anuência da **CONTRATADA** nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, ficando, no entanto vinculada a sua execução e remuneração ao período letivo.

Durante o período de férias escolares, a **CONTRATADA** não perceberá qualquer remuneração.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES:

Conforme artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas sanções a **CONTRATADA**, tais como: advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade, mediante processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de aplicar as seguintes penalidades pecuniárias:

I - Multa de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso, consecutivos ou não, limitados a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

II - Multa de 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano.

III - Multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, independente do ressarcimento de outros danos que a administração venha a ter com esse atraso ou inexecução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a **CONTRATADA** deixe de realizar o itinerário por qualquer razão, salvo motivo de força maior, perfeitamente justificável, pagará uma multa ao **CONTRATANTE** no valor igual ao dobro do valor que percebe num dia de seu itinerário, multiplicado pelo número de dias que deixou de prestar o serviço.

Estipulam as Partes, que tal valor será descontado por ocasião do pagamento à **CONTRATADA**, da prestação de serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Além da multa supramencionada, a **CONTRATADA** pagará todas as despesas que o **CONTRATANTE** vier a ter na locação de outro veículo para a realização dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO:

As Partes estabelecem que o presente Contrato regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei de Licitações com referência às penalidades da rescisão.

CLÁUSULA NONA – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Proj./Ativ. 1.031 – MNT Transporte Escolar – PNATE – Educação Infantil – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (186); Proj./Ativ. 1.035 - Manutenção do Transporte Escolar - PNATE - Ensino Fundamental - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (187); Proj./Ativ. 1.036 - Manutenção do Transporte Escolar - Rec Estadual Meio Rural - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2045 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (188); Proj./Ativ. 1.037 - Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB - Ensino Fundamental - Elemento de Despesa 3.3.90.3900.00.00.00 0031 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (190); Proj./Ativ.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

1.038 - Manutenção do Transporte Escolar - MDE - Ensino Fundamental/MED - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 0020 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (191); Proj./Ativ. 1.042 - MNT Transporte Escolar - PNATE - Ensino Médio - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2017 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (192); Proj./Ativ. 1.044 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Superior - Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 0001 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (193) e Proj./Ativ. 1.249 Salário Educação – Transporte Escolar – Elemento de Despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 2003 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (195).

CLÁUSULA DÉCIMA – RESPONSABILIDADES:

A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade em relação a terceiros, seja por ações trabalhistas, encargos sociais, previdenciários, indenizações por acidente de trânsito, inclusive, efetuando contrato de seguro de vida e por danos materiais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A qualquer momento, o **CONTRATANTE** poderá verificar se a contratada está em dia com suas obrigações sociais e previdenciárias com seus empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica desde já, o **CONTRATANTE**, através de seu fiscal, autorizado a vistoriar a realização desse transporte, devendo o mesmo obedecer às normas previstas no Edital e no CNT, o qual estando em desobediência, poderá ser rescindido de plano, nos termos dos artigos 77 à 80, da Lei de Licitações.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Qualquer tolerância por parte do **CONTRATANTE** não implicará direito adquirido pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

Qualquer alteração do contrato, somente se dará nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO:

As Partes elegem o Foro da Comarca de Tapes - RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito jurídico, perante as testemunhas e o fiscal do contrato abaixo, a tudo presentes.

Cerro Grande do Sul, dede 2019

.....
CONTRATADA

SÉRGIO SILVEIRA DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: _____

FISCAL DO CONTRATO: _____



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (*).

Cerro Grande do Sul, de de 2019.

.....
(Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

(*) Se necessário, quando for o caso.



Prefeitura Municipal de Cerro Grande do Sul

Rua Ernesto Ingomar Schmaedecke, 71 – CEP 96770-000 – Fone/Fax (51) 3675-1122.

CNPJ: 92 324 748/0001-68 – End. Eletrônico: www.cerrograndedosul.rs.gov.br

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO VEÍCULO

Eu, inscrito no CPF RG....., residente e domiciliado na.....**DECLARO**, para os devidos fins que a empresa, CNPJ, estabelecida na rua, nº, Cerro Grande do Sul/RS, possui os veículos necessários disponíveis para a prestação do serviço de transporte escolar nas linhas em que vai concorrer, nas condições exigidas no edital e que estes atenderão aos requisitos do Art.136, do Código de Trânsito Brasileiro, por ocasião da vistoria exigida no item 10 do Edital TP 01/19.

Sendo o que tenho no momento a declarar.

Cerro Grande do Sul, de de 2019.

.....
(Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)

Este edital e seus anexos encontram-se juridicamente analisados e formalmente aprovados, nos termos do parágrafo único, do art. 38, da Lei de Licitações.

Em ____ - ____ - ____.
